



51 meta a **Caroline (NATURATINS)** explicou que a NATURATINS está fazendo o  
52 cadastramento dos barramentos e após esse cadastramento será feito um  
53 plano de ação para regularização dessas barragens. **Aldo Azevedo**  
54 **(SEMARH)** enfatizou a importância de se fazer esse cadastramento de  
55 barragens exigido pela ANA. **Caroline (NATURATINS)** explicou que a partir do  
56 cadastramento desses barramentos será feita a fiscalização adequada e o  
57 monitoramento dessas barragens. **Aldo Azevedo (SEMARH)** enfatizou que se  
58 as metas do segundo ciclo do Programa Pró-Gestões forem cumpridas  
59 anualmente o estado recebe os recursos necessários. O Secretário Executivo  
60 explicou que a partir desse segundo ciclo do Programa Pró-Gestão as metas  
61 devem ser submetidas para apreciação da ANA, dessa forma a ANA saberia se  
62 as metas estaduais e federais foram cumpridas para receber os recursos.  
63 Exemplifica ainda que o cumprimento das metas é classificada, e o estado só  
64 recebe os recursos equivalentes a porcentagem de metas cumpridas. Explicou  
65 a metodologia utilizada para classificar as metas em tipologia B, e esclareceu  
66 que não será necessário fazer a leitura de todas as classes, pois são muitas  
67 classes. Discutiu sobre algumas dificuldades no cumprimento das metas  
68 estabelecidas pela ANA devido a vários motivos como, a falta de recursos do  
69 governo para projetos ambientais e a imaturidade do estado perante essa  
70 situação. Apresentou então o plano de ações a serem realizadas para obter o  
71 cumprimento das metas estabelecidas, e foi apresentado também o  
72 detalhamento dos investimentos da contra partida e a logística do segundo  
73 ciclo do Programa Pró-Gestão de acordo com cada meta estabelecida. **José**  
74 **Roberto (FIETO)** pergunta se a comprovação de cumprimento dessas metas é  
75 por comprovante fiscal. **Aldo (SEMARH)** explica que sim, após a emissão da  
76 nota de empenho e que em casos de final de prazo para apreciação das metas  
77 somente a nota de empenho já é suficiente para comprovar o cumprimento da  
78 contra partida da meta sendo futuramente submetido à ANA. Após  
79 apresentação do plano de metas para o segundo ciclo do Programa Pró-  
80 Gestão foi feita votação para aprovação, onde foi aprovada por unanimidade. O  
81 Secretário Executivo informa que todo o material do Programa Pró-Gestão será  
82 enviado no e-mail para os conselheiros. Seguindo a pauta da reunião, **IV.** O  
83 Secretário Executivo faz uma breve apresentação dessa pauta. **Jamila**  
84 **(SEMARH)** coordenou essa composição das câmaras técnicas abrindo  
85 manifestação de interesse para composição. **Rodrigo (CREA)** informou que o  
86 conselheiro Itamar (CI-LAGO) que não compareceu a reunião, solicitou por e-  
87 mail enviado a SEMARH, a composição do CI-LAGO na Câmara Técnica do  
88 Plano Estadual de Recursos Hídricos e na Câmara Técnica de Procedimentos  
89 de Outorga. **Aldo (SEMARH)** respondeu informando que a composição das  
90 Câmaras Técnicas dar-se-á por votação entre os órgãos presentes na plenária,  
91 e que a falta de alguns conselheiros não se justifica porque a data da reunião já  
92 tinha sido estabelecida em calendário aprovado na última reunião do conselho  
93 com a presença de todos os conselheiros na plenária. **José Luiz (Convidado**  
94 **UNITINS)** informou que estava presente como convidado, e que a  
95 representante da UNITINS não pôde estar presente, contudo a representante  
96 solicitou presença na composição na Câmara Técnica de Procedimentos de  
97 Outorga e na Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos. **Aldo**  
98 **(SEMARH)** informou que somente se sobrar vagas na composição das  
99 Câmaras que a solicitação do Rodrigo e do José Luiz será aceita. Mas  
100 enfatizou que se não for aceita a composição desses órgãos eles poderão

101 participar das futuras reuniões como convidados. **João Carlos (SEPLAN)**  
102 comunicou que como houve a fusão das secretarias do estado da fazenda e do  
103 planejamento como ficaria a situação na composição das câmaras. **Mayko**  
104 **(SEFAZ)** sugeriu que fosse feita a composição da mesma forma que foi feita a  
105 composição nas Câmaras Técnicas do Conselho Estadual do Meio Ambiente –  
106 COEMA, onde os órgãos da Secretaria da Fazenda do Estado e a Secretaria  
107 do Planejamento do Estado fazem a composição como órgãos individuais.  
108 **Jamila (SEMARH)** abriu votação para a composição das Câmaras Técnicas, a  
109 primeira a ser votada é a **Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos**  
110 **Hídricos**, o qual foi composta pela SEMARH e NATURATINS, ATM, SEAGRO,  
111 SEPLAN, FAET e FETAET. A **Câmara Técnica do Fundo Estadual de**  
112 **Recursos Hídricos** foi composta por SEMARH e NATURATINS, SEFAZ,  
113 FIETO, IDAHRA, SEINF e FAET. Relembrou que de acordo com o regimento  
114 interno, cada órgão pode compor até três câmaras. **José Luiz (convidado**  
115 **UNITINS)** solicitou a participação da UNITINS na composição da Câmara  
116 Técnica de Outorga e argumentou que a academia tem muito a oferecer nessa  
117 câmara e na Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos. **Aldo**  
118 **Azevedo (SEMARH)** concordou com a opinião do senhor José Luiz, porém  
119 argumentou que só será possível atender a esse pedido se todos os  
120 conselheiros concordarem. **Jamila (SEMARH)** abriu votação para a **Câmara**  
121 **Técnica de Outorga e Ações Reguladoras**, porém devido o grande interesse  
122 cada conselheiro teve que apresentar as justificativas de participação do seu  
123 órgão. **Caroline (NATURATINS)** enfatizou que independente do resultado da  
124 votação os demais conselheiros poderão participar das reuniões da câmara  
125 como convidados. **Jamila (SEMARH)** depois de feita as apresentações de  
126 justificativa de cada conselheiro foi aberta votação, o qual foi composta por  
127 SEMARH e NATURATINS, CREA, SEAGRO, UNITINS, BRK e SEPLAN. A  
128 **Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos** foi composta por SEMARH e  
129 NATURATINS, FIETO, IDAHRA, PGE, CI-LAGO e UNITINS. E a **Câmara**  
130 **Técnica de Águas Subterrâneas** foi composta por SEMARH e NATURATINS,  
131 SESAU, FAET, FIETO, SEINF e AHITAR. Durante a votação foi acordado que  
132 as reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Ações Reguladoras e a Câmara  
133 Técnica de Águas Subterrâneas vão ser realizadas juntas. **Aldo (SEMARH)**  
134 enfatizou a importância das câmaras técnicas no papel de assessorar a  
135 plenária que é a última instância. **Caroline (NATURATINS)** ressaltou que os  
136 conselheiros devem ter cautela na nomeação dos titulares e suplentes de cada  
137 órgão para que os mesmos possam assumir o compromisso de participar das  
138 reuniões das câmaras. O **conselheiro Farencena (SEPLAN)** questionou qual  
139 será o posicionamento do conselho perante as situações que estão ocorrendo  
140 em relação aos recursos hídricos quando órgãos com interesses ideológicos  
141 ultrapassam os interesses dos órgãos técnicos. **José Roberto (FIETO)** ratificou  
142 o posicionamento do conselheiro enfatizando que o Tocantins tem uma grande  
143 área de várzea irrigada e que devido a isso se deve ter um cuidado maior com  
144 os recursos hídricos do estado. **Antônio (SEAGRO)** se posiciona da mesma  
145 forma que os demais conselheiros e acrescenta que o impacto dessa  
146 problemática seria enorme em relação à semente de soja. **Conselheiro**  
147 **Farencena (SEPLAN)** informa que é uma problemática preocupante e que  
148 demais ação prejudicará o mercado da região. **Nivaldo (SEINF)** complementa  
149 a questão abordada dizendo a importância dessa situação e que todos os  
150 órgãos têm certo interesse nessa questão e devido a isso sugere que seja um

151 tema a ser discutido no conselho para que se levante o questionamento  
 152 perante a plenária e chegue a uma solução. **Antônio (FETAET)** exemplifica  
 153 uma situação discutida no comitê de bacias que ocorreu no município de  
 154 Cristalândia, onde foi necessária a ação do MPE para a fiscalização da retirada  
 155 de água do recurso hídrico da região. Devido a isso o conselheiro enfatiza a  
 156 importância de se discutir esse assunto. **Aldo (SEMARH)** informou que devido  
 157 a essa questão o conselho não tem competência para reverter uma ação  
 158 judicial, mas o estado tem o papel de remediar a questão e propor ações para  
 159 minimizar os impactos gerados. **João Gomes (SEAGRO)** levantou o  
 160 questionamento sobre a falta de planejamento do setor devido à aprovação de  
 161 outorgas de obras que não cumprem a legislação. **Caroline (NATURATINS)**  
 162 respondeu que ocorrem casos em que alguns projetos solicitam prazo de  
 163 extensão para irrigação, e que nesses casos está faltando o monitoramento  
 164 adequado e a conciliação dos órgãos envolvidos no componente técnico. Ainda  
 165 complementa que o NATURATINS está progredindo em relação a treinamentos  
 166 com a equipe técnica, atualização do banco de dados e será feito também as  
 167 revisões das outorgas. **João Carlos (SEPLAN)** acrescenta que a bacia do Rio  
 168 Formoso é muito monitorada, porém ocorrem falhas na fiscalização, e devido a  
 169 isso sugere que o licenciamento seja mais desburocratizado. **Aldo Azevedo**  
 170 **(SEMARH)** informou que esse ano o grupo de trabalho apresentou uma réplica  
 171 do projeto de gestão de alto nível o qual funcionou, mas apresentou algumas  
 172 falhas, que ao longo do tempo foi sendo ajustado. E devido a isso o juiz  
 173 apresentou um parecer favorável às ações do ministério público, dessa forma o  
 174 Secretário Executivo fala que não há necessidade de se discutir esse assunto  
 175 no conselho, pois o órgão pode recorrer em outras instâncias. Concluiu o  
 176 assunto dizendo que enquanto não for implantado o sistema de gestão de alto  
 177 nível esse tipo de situação vai estar sempre ocorrendo, e concluiu dizendo que  
 178 o estado está cumprindo a sua função e o produtor está satisfeito. **João Carlos**  
 179 **(SEPLAN)** sugere que esse assunto seja observado em uma visão macro, pois  
 180 as empresas que investem no estado estão passando por uma situação de  
 181 insegurança jurídica. Dessa forma o estado e o conselho deviam encontrar  
 182 soluções para que essas empresas que investem no Tocantins encontrem um  
 183 mercado mais atrativo. **Aldo Azevedo (SEMARH)** agradece a presença dos  
 184 conselheiros, informa que serão enviados por e-mail os informativos de posse  
 185 dos conselheiros, e dá por encerrada a reunião.

**Leonardo Sette Cintra**  
 Presidente

**Aldo Araújo de Azevedo**  
 Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - <b>SEMARH</b>	<b>Leonardo Sette Cintra</b>	
	Aldo Araújo de Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - <b>NATURATINS</b>	<b>Marcelo Falcão Soares</b>	
	Caroline Bueto Soares Carreiro Martins	
Associação Tocantinense de	<b>José Augusto Bezerra Lopes</b>	

Municípios - <b>ATM</b>	Dayana Aires Monteiro Cantuária	
Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - <b>SEAGRO</b>	<b>Antônio Cássio Oliveira Filho</b>	
	João Gomes Barbosa	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia, Turismo e Cultura - <b>SEDEN</b>	<b>Rosilene Sudré da Silva</b>	
	Vilmar Carneiro Wanderley	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - <b>SEINF</b>	<b>Nivaldo Sampaio Pedrosa</b>	
	Ricardo Garbaccio	
Secretaria da Fazenda e Planejamento – <b>SEFAZ</b>	<b>João Carlos Farencena</b>	
	<b>Linda Marta Arantes Beirigo</b>	
Secretaria da Saúde - <b>SESAU</b>	<b>Murilo Ribeiro Brito</b>	
	Lisandra Pereira Pedro	
Procuradoria Geral do Estado - <b>PGE</b>	<b>Sulamita Barbosa Carlos Polizel</b>	
	Márcio Junho Pires Câmara	
Ministério Público do Estado do Tocantins - <b>MPE</b>	<b>Márcio Augusto da Silva</b>	
	Maria Isabel Miranda	
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da <b>AL</b> do Estado do Tocantins	<b>Dep. Valderez Castelo Branco Martins</b>	
	Dep. Elenil da Penha	
<b>Comunidade Científica /UNITINS/UNIRG</b>	<b>Michele Ribeiro Ramos</b>	
	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - <b>BRK Ambiental</b>	<b>Antonio Rodrigues da Silva Neto</b>	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	<b>Mauricio Teles Azevedo</b>	
	Miguel Pinter Júnior	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - <b>FAET</b>	<b>Carlos Ribeiro Soares</b>	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - <b>FETAET</b>	<b>Maria Guanamar Soares de Souza</b>	
	Antônio Batista de Sá	

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - <b>FIETO</b>	<b>Carlos Wagno Maciel Milhomem</b>	
	José Roberto Fernandes	

Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - <b>CI - LAGO</b>	<b>Itamar da Silva Xavier</b>	
	Davis Miranda de Souza	

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - <b>CREA - TO</b>	<b>Rodrigo Martins Ribeiro</b>	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	

Organização Não Governamental – ONG/IDAHRA/GRUPO RAIZ DA TERRA	<b>Fernando Afonso Nunes Filho</b>	
	João Carlos Lopes	

<b>Instituições Ausentes</b>
Comunidade Científica- <b>UNIRG/UNITINS</b>
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – <b>AL</b>
Ministério Público do Estado do Tocantins - <b>MPE</b>
Organização não Governamental - <b>Grupo Raiz da Terra/IDAHRA</b>
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins – <b>CI - LAGO</b>
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia, Turismo e Cultura - <b>SEDEN</b>

SGD: 2018/39009/007320